



## 16415 - O Vínculo Com Agricultura Familiar Como Critério De Sustentabilidade: Um Estudo De Caso No Paraná

MARSCHNER, Walter.

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

**Resumo:** Os movimentos ambientalistas passam a atuar no Brasil a partir da década de 1990, trazendo novas análises e novas práticas entre os movimentos sociais. No caso das organizações camponesas, a agroecologia surge como desafio que amplia o horizonte utópico das lutas sociais, complexificando as pautas e demandas. Por outro lado a questão ambiental insere-se nas transformações do capitalismo globalizado, sob o signo do desenvolvimento sustentável e/ou da economia verde, reformulando as bases de acumulação do capital, baseado agora em um novo metabolismo entre meios de produção e recursos naturais. Dá-se assim a ambiguidade da questão ambiental, presente nos mais variados discursos e visões de desenvolvimento com ampla veiculação na sociedade neste início de século. O caso da ASSESOAR, uma ONGs vinculada à agricultura ecológica no Paraná – , além de sinalizar novas configurações do uso e das relações com a terra, aponta também para as contradições e os desafios das questões ambientais para os movimentos sociais, notadamente a relação indissociável entre agroecologia e agricultura familiar.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, sustentabilidade, agricultura familiar

**Abstract:** Environmental movements now operate in Brazil from the 1990s bringing new analyzes and new practices among social movements. In the case of peasant organizations agroecology poses a challenge that extends the utopian horizon of social struggles, adding complexity to the agendas and demands. On the other hand the environmental issue becomes part of the transformation of global capitalism, under the banner of sustainable development and / or green economy, reshaping the foundations of capital accumulation, now based in a new metabolism between means of production and natural resources. Thus there is the ambiguity of the environmental issue, present in various speeches and visions of development extensively propagated in society in this beginning century. The case studie in this article, the NGO ASSESOAR in Paraná linked to the ecological agriculture besides signaling new settings of use and relationship with the land, also point to the contradictions and challenges of environmental issues faced by the social movements , notably the inseparable relationship between agro-ecology and family farming.

**Keywords:** Sustainable development; Family farming; Social movements.

### Introdução

Para Scherer Warren (1999) nenhum agente sócio-político pode, por si só, transformar a realidade. Atualmente os sujeitos de transformação só existem plurais e articulados com outros atores, constituindo um movimento em rede. Nesse sentido, podemos dizer que muitas das ONGs (Organizações não governamentais) que outrora estavam, isoladamente, restritas ao papel de prestadoras de serviço,



passam hoje a assessorar e qualificar os movimentos sociais, quando não assumem, elas mesmas, o protagonismo e o perfil de movimentos. As ONGs, partindo de suas bases sociais, passam a agir cada vez mais em rede, adquirindo ação supra regional e transcendendo as agendas de ação locais. Para Gohn (2011), muitas dessas organizações, ao interagir com populações excluídas ou em situação de vulnerabilidade, desempenham com elas a experimentação social, em atividades que são fontes geradoras de mudança, resgatando memórias e valores do passado capazes de dar sentido às lutas do presente. São organizações que se recriam cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam.

No caso das concepções de desenvolvimento sustentável, percebem-se casos onde a intervenção das organizações é capaz de gerar referências e redefinir políticas públicas em sintonia com as demandas da sua base social. O presente artigo analisa a ASSESOAR (Associação de Estudos e Assessoria à Agricultura Familiar), ONG vinculada ao desenvolvimento da agricultura familiar que, por sua ação articulada, tem um impacto expressivo no desenvolvimento de referências de desenvolvimento sustentável.

## **Metodologia**

O presente artigo baseia-se num percurso metodológico que contempla uma revisão teórica breve sobre o desenvolvimento dos conceitos de sustentabilidade, ecologia e agroecologia, contrastando os mesmos com a história da ONG em questão, tomando como fonte documentos institucionais e publicações das mesmas. Pretende-se assim entender o quanto essas organizações ressignificam a concepção de agroecologia e, de forma mais ampla, de sustentabilidade, agindo na contramão das transformações do capitalismo globalizado que, sob o signo do desenvolvimento sustentável e/ou da economia verde, introduzem, nos discursos e visões de desenvolvimento, a ambiguidade da questão ambiental.

## **Ambiguidade do conceito de sustentabilidade**

A partir da década de 1990 começa-se a falar de uma crise sistêmica do capitalismo, não mais como um discurso de oposição, mas a partir de um conjunto de diagnósticos que apresentam sérios riscos para o crescimento da economia em escala mundial. No caso da agricultura industrial, constatam-se as quantidades crescentes de combustíveis fósseis, fertilizantes químicos, agrotóxicos e outros *inputs* necessários, causando impactos crescentes no entorno ou em ecossistemas distantes, colocando em risco a propalada ordem do agroecossistema artificial da agricultura industrial, cuja estabilidade ou expansão é colocada em questão.

Trata-se de uma crise que, para Boff (1993) é, no fundo, a própria crise do processo civilizatório, por ser baseada numa racionalidade que submete toda a realidade, concebendo um modelo de desenvolvimento altamente energívoro e devorador de



todos os ecossistemas. Tal racionalidade é reconhecida como mecanismo fundamental da crise, o que faz com que o próprio sistema capitalista demande de novas bases epistemológicas, novas perguntas e novos conhecimentos, para o enfrentamento e superação dos problemas por ele criados.

Leff aponta que a crise ambiental traduz-se na própria crise do capitalismo, enquanto “crise de recursos”. A *escassez* - até então fundamento da teoria econômica liberal - alcançou dimensões globais, não mais equacionáveis pelo progresso técnico: “são as próprias condições da reprodução do capital neste momento que requerem um equilíbrio ecológico, a reciclagem de recursos não renováveis e a reprodução de recursos renováveis” (2009: 206). Se na perspectiva mecanicista, desde a revolução industrial, a natureza era ignorada como variável do cálculo econômico, a crise faz com que a “dimensão ambiental” passe a ser contabilizada no custo de produção, integrando a planificação do desenvolvimento econômico. A introdução do tão propalado conceito de *desenvolvimento sustentável*, segundo vários autores (LEFF, 2009; MOLINA, 2006; ALTIERI, 2012) é resultado dessa crise sistêmica. A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, o discurso da sustentabilidade passa a ser legitimado, oficializado e difundido amplamente. Justamente pela sua pretensão de universalidade, o conceito de sustentabilidade<sup>1</sup> se expressa cada vez mais ambivalente, assumindo significações díspares de acordo com agendas políticas. Leff aponta que a sustentabilidade pode assumir a conotação de internalização das condições ambientais no crescimento como pode ser entendida como condição para a durabilidade<sup>2</sup> do próprio processo econômico *ad infinitum* (Op cit: 210). Nesse sentido pode-se entender uma disputa em torno do campo conceitual (no sentido de Bourdieu) da noção de sustentabilidade e de sua caudatária ecologia, discursos que expressam-se em primeiro lugar como ideologia, no sentido que o emprega Terry Eagleton, (2007), da construção de um imaginário, por parte de forças hegemônicas.

### 3. A agroecologia como ideologia e como resgate de práticas

1

Sustentabilidade “É um processo de mudança através do qual a exploração de recursos naturais, a orientação dos investimentos, dos avanços tecnológicos e das mudanças institucionais estão em harmonia e ampliam tanto o potencial presente como o futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humanas. As estratégias devem satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de estas satisfazerem as suas necessidades”. (Definição da Comissão Brundtland apud CAPA, 2005, pg. 26).

2

Um marco importante desse amplo debate foi sem dúvida o “Informe Brundtland”, também chamado “Nosso Futuro Comum” (1987), documento que atendia a demanda da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada em 1984 pela secretaria geral das Nações Unidas com intuito de avaliar os impactos ambientais do sistema econômico e eficácia de políticas ambientais.



Em termos conceituais a Agroecologia é resultante da aproximação da ecologia à agronomia convencional<sup>3</sup>. No Brasil, a partir de 1990, a agroecologia passa a ser base conceitual dos discursos e estratégias de uma significativa parcela de organizações da sociedade vinculadas a perspectiva da assim chamada *agricultura alternativa*. Esta por sua vez fora resultado de uma intensa luta dos movimentos sociais na contestação dos impactos sociais e ambientais da agricultura convencional. Foi o caso dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, a partir da década de 1970, (EBAAS em 1981, 1984, 1987 e 1988), o que fez surgir, também nesta década, a Rede de Projetos em Tecnologia Alternativa (Rede PTA) articulando grupos de agricultores, organizações de trabalhadores, universidades, centros de pesquisa e cooperação internacional de desenvolvimento.

O desenvolvimento da agroecologia no Brasil pode ser entendido em três fases fundamentais, a primeira marcada pela ênfase em tecnologias (adubação verde, compostagem, utilização de caldas no manejo de pragas, entre outras) com o predomínio do conhecimento técnico na lógica difusionista, da transferência de técnicos para os agricultores. Seguiu-se uma segunda fase, que passa a reconhecer o agroecossistema como unidade de análise, com intervenções a partir do diagnóstico local e da identificação de problemas e prioridades, com ênfase na experimentação e a construção de práticas agroecológicas integradas. A terceira fase, denominada sistêmica já entende a agroecologia como processo social, com enfoque nas relações sociais e fluxos de saber entre os próprios agricultores, na perspectiva de um saber e de uma ética agroecológicas (SANTOS, 2008).

Por isso, segundo Caporal (2006) a agroecologia concebe o manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis a partir de uma análise multidimensional (econômica, social, ambiental, cultural, política e ética), e de uma matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências de distintos atores sociais, dando suporte à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural. Incorporando o potencial endógeno, (relação com saberes locais), reconhecendo e se nutrendo dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural.

A segunda concepção de agroecologia, derivada da concepção epistemológica, foca nas relações de poder subjacentes à dinâmica dos sistemas produtivos, por isso uma “ecologia política”, no sentido que lhe dá Molina (2009). O autor entende que a sustentabilidade de um agrosistema reflete configurações de poder, presentes nas relações sociais entre agentes e instituições. Ao politizar-se, a agroecologia assume

---

3

Agroecólogos como Stephen Gliessman (2000) apontam que a Agronomia precisa ser, cada vez mais, a aplicação de princípios ecológicos básicos no manejo de agroecossistemas, ou seja, a busca de um reequilíbrio ecológico nos sistemas produtivos agrícolas. Daí a concepção de agroecologia como estudo holístico dos agroecossistemas (ALTIERI, 2002).



também o caráter de ideologia, pois ao disputar concepções de desenvolvimento difunde uma nova forma de organizar o metabolismo<sup>4</sup> sócio-ambiental baseado no paradigma ecológico e de sustentabilidade.

Inverte-se aqui a clássica relação de subordinação da Ecologia à Economia. Para Caporal (2006), se a visão convencional da Economia baseava-se na fé inabalável nos avanços tecnológicos capazes de corrigir ou absorver as externalidades negativas, a Agroecologia constrói sua própria economia, que se expressa nos fluxos de matéria e energia visando não a maximização dos lucros, mas a sustentabilidade dos recursos e os impactos ambientais provocados pela atividade econômica<sup>5</sup>.

A Agroecologia vem buscando a articulação de diferentes conhecimentos, de distintas disciplinas e campos da ciência, para conformar este novo paradigma do reino da complexidade, da integração do conhecimento técnico-científico e deste com o saber popular.

## A ASSESOAR

No contexto do posicionamento da Igreja diante dos conflitos de terra no Brasil em 1966 surge a ASSESOAR<sup>6</sup>. Originalmente ligada ao espírito das comunidades eclesiais de base, sua ênfase estava no campo catequético e na formação de lideranças. Desde 1968, a ASSESOAR assumiu um trabalho político-religioso para a organização das comunidades rurais através de grupos de discussão. Como Abramovay ressalta (1981) essa atmosfera religiosa nas comunidades permitira o surgimento de uma forma de resistência entre os camponeses, onde a disposição

---

4

Para Duarte o discurso ecológico ao focar o âmbito do metabolismo social, inscreve-se no mesmo campo desenvolvido no Capital de Marx, “ quando desenvolve o conceito de 'metabolismo', onde o trabalho humano, de forma genérica, é caracterizado como um processo entre o homem e a natureza, através de suas próprias ações, que o medeia, regula e controla. Marx conclui que os objetivos das relações capitalistas de produção (produzir para acumular) e a separação entre cidade e campo provocaram uma falha irreparável no metabolismo, dado que a segunda revolução agrícola, capitaneada pela indústria burguesa, levou a agricultura a uma profunda crise, combinada com uma violenta degradação ambiental” (2012: 37).

5

Caporal aponta que os impactos ambientais decorrentes da exploração dos recursos naturais podem ser “precificados”, uma vez que na contabilidade do agronegócio, ainda que alguém tenha que pagar por estas externalidades, em algumas vezes, quem paga a conta é a sociedade como um todo, nas atuais gerações. Noutras vezes, estes custos recairão sobre as futuras gerações (2006).

6

Fundada em 1962, a ONG ASSESOAR contava originalmente com o apoio do desenvolvimento da agricultura familiar. De acordo com o seu estatuto, a ASSESOAR é considerada uma associação de camponeses. A estrutura descentralizada é assegurada por reuniões regulares dos seus membros, assegurando o controle total sobre a gestão e execução de atividades.



para a luta sempre iniciava no contexto religioso, com os camponeses comparando-se aos cristãos das comunidades primitivas, com missões proféticas<sup>7</sup>.

Com a intensificação da organização dos camponeses surgia a necessidade de desenvolver, ao lado da cotidiana mediação técnica, também uma prática política, capaz de enfrentar os problemas estruturais da agricultura. O Sudoeste do Paraná, como uma típica região de colonização carecia, além de orientações técnicas, especialmente de infra-estrutura (estradas, silos, canais de comercialização, etc). Até a década de 1990, segundo membros do conselho, a entidade esteve constantemente confrontada com uma situação de vulnerabilidade maior dos camponeses, sem perspectivas de mudança (BATTISTI apud ABRAMOVAY, 1981). Era comum nessa época que a organização realizasse a cada ano mais de uma centena de eventos educacionais e mais de mil visitas, atingindo assim de 15.000 a 20.000 pessoas.

No que diz respeito ao debate ideológico sobre conceitos de desenvolvimento, destacava-se particularmente que a metodologia da organização era conhecida como „anúncio“. Tratava-se de difundir informações e advertências quanto aos riscos associados com o processo de produção de acordo com princípios da modernização conservadora, bem como alternativas na perspectiva dos princípios da sustentabilidade e autonomia.

Assim, a ASSESOAR foi capaz na primeira fase da sua existência de estender sua influência, uma vez que, através do apoio da igreja, foi capaz de construir uma rede de todas as famílias camponesas e uma estrutura de representação por líderes locais. Os eventos de capacitação realizados traziam consigo uma aproximação com o estilo de vida e a visão de mundo das comunidades rurais. A ASSESOAR também esteve frequentemente envolvida nas atividades sindicais, cooperando na formação de suas lideranças, o que levou ao surgimento da primeira frente de oposição contra o sindicalismo paternalista e conservador da época. Paralelamente ao trabalho político dava-se também o apoio à criação de cooperativas agrícolas. Assim, a práxis pastoral da ASSESOAR estabelecia-se sobre o trinômio famílias – sindicato - cooperativa (FERES, 1990: 537).

Os temores e ressalvas nos setores conservadores da Igreja contra uma suposta ameaça comunista, associada com a eclosão dos movimentos camponeses no Brasil (como no caso das Ligas Camponesas nos anos 60), levaram gradualmente para um afastamento entre a ASSESOAR e a igreja institucionalizada. A Igreja tentou manter a organização sob seu controle, ou reduzir a área de sua missão eclesial, especialmente através da influência episcopal. Como a organização já na década de 70 gozava, devido à estreita relação com sua base, de relativa autonomia

---

7

Foi o caso da revolta dos suinocultores, onde os camponeses, após levantarem barricadas bloqueando estradas no Sudoeste do Paraná, redigiram um documento, no qual comparavam cada passo de sua luta com acontecimentos bíblicos (Abramovay, 1981: 213).



frente às instituições mantenedoras originais (a ordem missionária belga e a Diocese), tendia a separar-se de suas raízes religiosas e limitar cada vez mais a atividade catequética (ibid. p. 539).

A ASSESOAR constitui-se historicamente como uma legítima organização camponesa. Ela manteve a sua independência não só diante das tendências conservadoras da Igreja, mas diante do conservadorismo sindical e dos representantes do setor agro-industrial, agentes da matriz tecnológica da modernização conservadora (agrônomos a serviço de empresas ou do governo). Tais espaços de autonomia abertos pela ASSESOAR só poderiam perdurar porque a liderança e gestão da organização estavam sob a estrita supervisão de seus membros. Já na década de 1970 a organização articulava a transmissão de conhecimentos nas comunidades rurais basicamente através de representantes locais. O objetivo era a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura de pequena escala, baseada em um protagonismo local dos camponeses.

Na esteira do trabalho político para a conquista de autonomia local, teve origem na década de 1970, no Sudoeste do Paraná, novas disputas entre camponeses e bancos, grandes cooperativas e autoridades agrícolas (ABRAMOVAY, 1981: 207ss). Após o estabelecimento de bloqueios, boicotes, ocupações das autoridades públicas e outras ações, a preocupação dos camponeses centrava-se em conquistar condições dignas de produção e comercialização, resistindo às consequências da expansão do capital agro-industrial. A luta ampliou-se com a criação dos sindicatos e cooperativas de produção, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970; com as lutas dos suinocultores, as oposições sindicais e o associativismo, no final dos anos 1970 e na primeira metade dos anos 1980 (Cooperativas de Pequenos Agricultores - CRAPA). Ao mesmo tempo, fortaleceu-se com a luta pela terra (MST) e contra as barragens (CRABI) e pelos direitos da população do campo; e, finalmente, com a recriação do cooperativismo a partir do final dos anos 80, de onde surgiram o cooperativismo denominado solidário, de crédito (CRESOL), da atividade leiteira (CLAF) e de comercialização (COOPAFI). Em linhas gerais, o pano de fundo da resistência camponesa foi, segundo Gomes (2001), baseado no binômio do acesso à terra e da subjetividade camponesa baseada no trabalho familiar, que desencadeou um processo de resistência, envolvendo muitos atores direta e indiretamente.

Seguindo a estratégia de fortalecimento da agricultura familiar<sup>8</sup>, cada vez mais concebida na perspectiva classista, a ASSESOAR aposta nos anos 1990 num amplo

---

8

A agricultura familiar é uma definição corrente nos debates sobre o espaço rural no Brasil (enquanto que na América latina fala-se em “campesinato”), em especial, na região sul onde há uma forte presença de descendentes da migração europeia do século XIX, e em outros espaços ao longo do movimento da fronteira agrícola. Também as políticas de crédito para agricultura familiar como o PRONAF teve forte influência na construção dessa identidade. Concordamos com Wanderley (1996) que, na tentativa de superar o conflito conceitual entre campesinato e agricultura familiar, vê neste último uma indicação genérica de diferentes modos de vida no campo, baseados no trabalho da unidade familiar em meio aos



elenco de articulações em rede envolvendo entidades sindicais, cooperativas de produção, fóruns regionais de entidades, inserindo-se também na Rede Ecovida<sup>9</sup>, que articula entidades promotoras da agroecologia nos três estados do sul do Brasil.

Nos últimos 12 anos a entidade assumiu cada vez mais a tarefa de gerar referências em desenvolvimento sustentável, colocando em curso processos de formação de agricultores, construídos e assumidos como instrumento político do campo popular, na perspectiva de conceber a multidimensionalidade territorial, envolvendo seus aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais, entre outros. Tal estratégia visava não só o questionamento do modelo de desenvolvimento do espaço rural, mas buscava também intervir, redirecionando através de parcerias com poder público, as políticas públicas para o campo - marcadas até então pela fragmentação, descontinuidade e clientelismo - das gestões do poder municipal. Programas desenvolvidos na década de 1990 como as ECAS - Escolas Comunitárias de Agricultores - e o Projeto Vida na Roça, assumiram o caráter coletivo de formação, dentro da metodologia da educação popular, onde a agroecologia se inseria num processo de contínua análise das realidades local e global e da troca de experiências<sup>10</sup> de agricultura alternativa. Associava-se assim a tecnologia sustentável e a formação política visando ampliar a autonomia e a consciência de classe.

Os objetivos específicos do plano quadrienal 2010-2014 da ASSESOAR (aprovado em assembleia geral da entidade em 2010 e apresentado às agências de cooperação internacionais) apontam o acúmulo de discussões acerca do papel da agroecologia na formação dos seus associados e das estratégias de desenvolvimento local:

**A AGROECOLOGIA fortalecida na região a partir da organização dos agricultores e das agricultoras ecológicas, da animação de processos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroecológicos, bem como, do fomento a pesquisa e tecnologia; a EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO PÚBLICA mais acessível,**

---

processos naturais. A alternância dos conceitos “camponês” e “agricultura familiar” neste artigo reflete a incidência de ambos termos nos discursos das entidades de mediação, de seus agentes e lideranças.  
9

Resultado de um processo histórico de construção de alternativas ao modelo atual de agricultura, a Rede Ecovida de Agroecologia caracteriza-se pela articulação de vários segmentos da sociedade com o objetivo de organizar, fortalecer e ampliar a agricultura ecológica familiar no Sul do Brasil. Para este fim, estão conectados agricultores, técnicos, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e consumidores conscientes organizados em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que constituem os núcleos regionais, células autônomas que, ao se relacionarem e mobilizarem em ações conjuntas, formam a rede Ecovida de Agroecologia. A rede se articula pela construção de um novo modelo de agricultura e de sociedade, baseados nos princípios de solidariedade, de cooperação e respeito ao meio ambiente (SANTOS, 2010).  
10

Uma das atividades em que a troca de experiências ganha destaque é a “festa das sementes” (já na sua 11ª edição), promovida anualmente pela ASSESOAR em parceria com o Fórum de entidades a festa consiste em uma grande ação de atividades de recuperação, reprodução e trocas de sementes crioulas e nativas entre as famílias de agricultores visando assegurar-lhes a preservação e o acesso do patrimônio genético. Associado à troca de cultivares acontece também oficinas de resgate de técnicas tradicionais, debates acerca da agroecologia, dos riscos do uso de agrotóxicos e da transgenia.



especialmente, aos agricultores/as familiares e camponeses/as; as ORGANIZAÇÕES POPULARES fortalecidas e atuando na proposição e monitoramento de políticas públicas, especialmente, do campo e a ASSESOAR e as organizações de agricultores familiares e camponeses promovendo a TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E GERAÇÃO em suas ações (ASSESOAR, O plano quadrienal – 2011-2014, 2010, grifos do autor)

As análises e metas elencadas no plano trienal fazem antever que a construção de referências em desenvolvimento incorporou o acúmulo dos processos vividos pela entidade nos últimos anos, que iniciou com a agricultura alternativa, passou pela concepção da agricultura orgânica convergindo atualmente para a agroecologia. Dessa forma dá-se um novo marco no avanço da agroecologia, “baseado numa identidade específica, condição difícil de garantir nas atuais entidades da agricultura familiar” (IBID, 2010).

A implementação de parcerias com secretarias de educação municipais e universidades públicas levam a ASSESOAR assumir em meados de 1995 também a Educação do Campo como meta estratégica para formação dos/as agricultores familiares.

A relação entre educação popular, agroecologia e educação do campo dá origem em 2012 ao Centro de Educação Popular, ligada à ASSESOAR e apoiada numa “gama de parcerias com escolas, centros de pesquisa e universidades públicas, constituindo-se em um campo fértil para o avanço de iniciativas de desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social” (IBID, 2010: 13).

Se, por um lado, a ASSESOAR articula suas ações assegurando um forte vínculo com sua base regional, assume de outro lado, o compromisso com a conjuntura mais ampla, que condiciona o desenvolvimento do campo. Apontam-se assim, nos documentos das últimas Assembleias Gerais (AGOs) de 2012 e 2013, os impactos negativos sobre os povos do campo da primarização da economia por parte do governo federal e da crescente apropriação de recursos (minérios, água para energia, agrocombustível e agropecuária) pelas das empresas transnacionais que desalojam os ocupantes da terra (Documento da AGO 2012). Participante do Encontro Unitário dos Trabalhadores/as e Povos do Campo, das Águas e das Florestas de 2012, a ASSESOAR afirma sua posição em favor da reforma agrária, da soberania territorial e alimentar e da agricultura familiar:

- a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo; A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.

- a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida,



desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.

- soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos

- a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes (Documento da AGO 2012, ASSESOAR, 2012)

### **Distintas compreensões entre os agricultores familiares**

A conversão para a produção agroecológica é um processo lento e que envolve, nos seus primeiros estágios de desenvolvimento, um grande investimento da unidade familiar em termos de formação, planejamento e, não por último, intensificação de mão de obra. Por isso tal mudança tecnológica altera profundamente o modo de vida dos agricultores familiares, mobilizando expectativas, racionalidades e valores. O debate acerca das condições de transição para agroecologia, cuja sistematização se faz presente em diversos materiais publicados pela ASSESOAR, revelam diferentes sentidos compartilhados entre os agricultores, que aqui são apresentados de forma tipificada em duas tendências.

Existe a concepção de agroecologia como estratégia de agregação de valor, sendo a produção de alimento limpo, livre de agrotóxicos, um serviço da agricultura familiar prestado à sociedade como um todo<sup>11</sup> e que, necessariamente, tem seu preço. Assim a migração para a agroecologia deveria ter impacto positivo na renda e na viabilização econômica da unidade familiar. Nessa visão os produtos hortifrutigranjeiros produzidos são colocados no mercado como produtos diferenciados, objetivando preços mais altos que o produto convencional, sendo muitas vezes inacessíveis ao consumidor de classes populares. Trata-se de uma visão de produção centrada no aspecto econômico na qual a agroecologia é compreendida, de forma pragmática, como um novo “pacote tecnológico”. A contradição desta compreensão se torna nítida quando os agricultores familiares condicionam para implementar a produção orgânica a obtenção de crédito diferenciado e, em seguida, manifestam a expectativa de sensíveis resultados econômicos de curto prazo para unidade familiar. Frequentemente frustrada, tais expectativas repercutem, em muitos casos, na desistência das famílias do projeto de conversão da matriz produtiva, voltando para a “segurança” que o modelo convencional de produção apresenta.

---

11

Para o CAPA a agricultura sustentável não é uma responsabilidade apenas dos agricultores familiares, mas de todos os/as cidadãos/as. O modelo de desenvolvimento almejado contempla a possibilidade da existência de múltiplos atores, como, por exemplo, as cooperativas de consumo na cidade. Aqui a agricultura familiar tem papel protagonista e o espaço rural um lugar de destaque (CAPA, 2005).



Por outro lado, existem agricultores que vinculam a conversão para a agroecologia à construção de uma ética, onde a produção de alimento limpo consiste em uma atitude, uma questão de coerência: “não se deve colocar no mercado um alimento que o próprio agricultor não tem coragem de comer”. Não são poucos os relatos que vinculam a mudança de matriz produtiva a uma questão de saúde, em virtude dos problemas com envenenamento na aplicação de agrotóxicos, entre outros. A produção agroecológica figura também como uma forma de resistência contra uma estrutura produtiva geradora de dependência crescente. Nessa perspectiva, a questão da viabilidade econômica da unidade familiar é analisada de forma diferente, não necessariamente como agregação de valor, mas como redução do custo produtivo e de ganhos em termos de autonomia. Isso porque a agricultura baseada na gestão renovável de recursos internos (adubação verde, consorciamentos, controles biológicos, sementes crioulas, entre outros) reduz a dependência (e os custos financeiros) de insumos externos e amplia, em médio prazo, o grau de autonomia da unidade produtiva, no sentido de, por um lado, assegurar um equilíbrio biológico e, por outro, avançar numa economia autárquica, auto-gestionada.

As duas concepções aqui expostas são tipificações e podem ser encontradas de forma matizada entre agricultores e lideranças. Elas mostram a tensão entre os polos na qual se dá construção da agroecologia.

No caso da ASSESOAR, a relação com o mercado é basicamente rechaçada como eixo estruturador do desenvolvimento da agroecologia. Há antes sim o entendimento que a produção agroecológica insere-se num projeto de sociedade que está em disputa, que é busca a soberania alimentar, onde o acesso ao alimento limpo figura como um direito das classes populares. As estratégias para distribuição dos alimentos, nesse sentido, passam pela reestruturação das relações econômicas, hoje hegemônicas pelo agronegócio, como se antevê na formulação da AGO de 2012:

No campo, duas estratégias em permanente disputa. De um lado o agronegócio centrado na concentração fundiária, na agroquímica, na *educação empreendedora* e na consequente destruição dos recursos naturais, concentração de riqueza e êxodo. De outro, iniciativas populares centradas no cultivo de alimentos limpos, na agroecologia, na educação popular, na economia solidária e no mercado justo (ASSESOAR, 2013: 4, grifos nossos)

Coerente com essa visão, a entidade aposta em iniciativas de comercialização baseadas numa economia de baixa escala e alcance local ou regional, tais como feiras livres, comercialização direta, entre outras.

Considerando as ênfases e diferenças em relação à economia de mercado, expressas entre agricultores, lideranças e entidades, a questão da autonomia da agricultura familiar figura aqui como um eixo que assegura uma abordagem crítica



das concepções de sustentabilidade e da agroecologia, partindo da lógica da economia de subsistência camponesa. Concordamos aqui com a análise de Leff (2009) que, focando na economia moral de Chayanov, entende o camponês, agricultor familiar, constantemente voltado para a subsistência da unidade familiar e, por isso, avesso a uma integração completa às relações de produção capitalistas, conservando uma determinada autonomia.

Existe na economia camponesa de subsistência, um caráter não cumulativo, integrado a valores culturais voltados para a estabilidade, prestígio, solidariedade interna e satisfação endógena das necessidades da unidade familiar e da comunidade. Contudo essa subjetividade camponesa não é imune ao impacto dos padrões tecnológicos modernos. Cada vez mais esses sujeitos assimilam padrões tecnológicos e de consumo vinculando-os a sociedade complexa e envolvente. Segundo essa análise, a relação de autonomia e assimilação, típica das culturas de subsistência, não só resulta na auto-exploração do camponês – que submete a si e a família a um sobre-trabalho na produção de alimentos - mas também, em muitos casos, assume um efeito *amortecedor* da degradação dos recursos naturais, uma vez que sua economia não é necessariamente pautada pela maximização de lucros.

## Conclusões

A ONG pesquisada tem uma herança histórica que as vincula com processos de luta pela autonomia do campesinato, com vínculo inicial em setores progressistas da igreja católica e evangélica, avançaram para autonomia institucional, o que permitiu-lhes formular e defender perspectivas políticas e perspectivas alternativas de desenvolvimento do campo. Destas se destaca a agroecologia, com estreita relação com grupos excluídos ou à margem do sistema produtivo do complexo agro-industrial brasileiro (tais como os povos tradicionais extrativistas ou quilombolas) ou são ainda identificadas como formas de produção típicas da agricultura familiar, este entendido como um grupo portador de uma lógica produtiva parcialmente integrada em relação ao modo capitalista.

Na perspectiva de alguns agricultores, a transição para a agroecologia é muito mais uma questão política do que técnica. Tal se verifica especialmente na perspectiva da ASSESOAR, que sugere uma relação indissociável entre a autonomia da agricultura familiar e a prática da agroecologia. Uma relação sem a qual a agroecologia ficaria refém das disputas por um conceito de desenvolvimento, fadado a compor as estratégias de continuísmo do sistema capitalista em crise, que busca redefinir seu metabolismo, a saber, o acesso de recursos naturais para a sua reprodução.

O que se destaca aqui é a luta pela construção de um paradigma alternativo de desenvolvimento que demanda não só informações/tecnologia, mas também novas relações de poder e novos valores. Nisso se explica o compromisso da entidade



com a agricultura familiar e camponesa, o que orienta as estratégias de ação. Tal compromisso sugere uma relação entre agricultura familiar e agroecologia como uma função heurística, como estabelecendo os limites do *campo* (no sentido de Bourdieu) científico e político em que se move atualmente agroecologia segundo as relações sociais em que está imbricada.

As estratégias da entidade na construção de um conhecimento agroecológico, na medida que se tornam orgânico a sua base social, permitem “um campo reflexivo suficientemente denso para embasar decisões a respeito de horizontes sociais onde a trajetória da busca pela dignidade se forje na esteira da autodeterminação da população excluída” (DUARTE, 2012: 208). Assim a agroecologia é assimilada como discurso de classe e ressignificada constantemente na tensão entre autonomia camponesa e sustentabilidade ambiental.

Nos exemplos da ASSESOAR percebe-se, com diferentes acentos, que a agroecologia assume o caráter de ideologia, de uma leitura do contexto atual. A agroecologia partindo da referência sócio-territorial pautada pelas entidades, desvela a estratégia capitalista que procura imprimir ao sentido de sustentabilidade, perspectivas que permitam assimilar um novo metabolismo social, novas formas de apropriação da natureza pelo capital, dada a crise sistêmica que o próprio capitalismo gerou.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. (Dissertação de mestrado). São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 1981

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1992.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

**Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ASSESOAR. **O Capitalismo e a unificação das Lutas Populares** (Documento da Assembléia Geral Ordinária). Francisco Beltrão, 2013.



**ASSESOAR, O plano quadrienal – 2011-2014.** Francisco Beltrão : 2010 disponível em: [www.ASSESOAR.org.br](http://www.ASSESOAR.org.br) > [Documentos](#) (acessado ago. 2014)

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização e Espiritualidade:** A emergência de um novo paradigma. Petrópolis: Vozes, 1993.

CAPORAL, Francisco R. e Costabeber, Jose A. **Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: 2006. Disp. em : [www.seaambu.org/docs/agroecologia2.pdf](http://www.seaambu.org/docs/agroecologia2.pdf) (acesso jul. 2014)

DUARTE, Valdir. **A ecologia como ideologia:** os pequenos agricultores no sudoeste do Paraná – Brasil. Nuances. (Tese de Doutorado) Universidade Nacional da Argentina, Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social Posadas, Misiones, Argentina, 2012. Disp. em: <http://ASSESOAR.org.br/wp-content/uploads/2013/08/ecologia-ideologia-versao-final-m.pdf> (acesso jul. 2014)

EAGLETON, Terry. **Ideologia.** Boitempo Editorial, 1997

FERES, João B. **Propriedade da terra, opressão e miséria:** o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, 1990.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000

GOHN, Maria G. Movimentos sociais na contemporaneidade In: **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOMES, Iria Zanoni. **Terra e subjetividade.** A vida no limite do caos. Curitiba: Criar Edições, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde, Robson Laverdi e Méri Frotscher. **Espaço Plural.** 1º semestre, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e exclusão territorial. **Terra Livre.** Goiânia, GO: Editora Vieira, jul./dez. 2004.

KORMONDY Edward J., BROWN, Daniel E. **Ecologia Humana.** São Paulo: Atheneu Editora São Paulo. 2002

LEFF, Henrique. Ecologia, Capital e Cultura. **A territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2009.



MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os Novos Limites na „Nova República“**. São Paulo: Hucitec, 1986

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MOLINA, Manuel G. Las experiencias agroecológicas y su incidencia em el desarrollo rural soustenible. La necesidad de una agroecologia política. In SAUER, Sergio, BALESTRO, Moisés. (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009: 17-70.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e a sua experiência de certificação participativa. 2008. Disponível em: <[www.facedobrasil.org.br](http://www.facedobrasil.org.br)>. (acesso out. 2010).

SAUER, Sergio, BALESTRO, Moisés V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In: \_\_\_\_\_. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

VAN DER PLOEG, John. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização, trad. Rita Pereira, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WANDERLEY , Maria N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu: Xx Encontro Anual da ANPOCS. Outubro 1996. Disp. em: [www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899445](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899445) ( acesso ago. 2014)